COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO 2022

1

2

3 Ao vinte e dois do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se a nona Reunião Ordinária 4 do ano de dois mil e vinte e dois da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único Saúde do Ceará, 5 de modo virtual através do Link de Acesso, https://conasems-br.zoom.us/j/81134126398, ID da 6 Reunião: 81134126398 com a participação dos membros Representantes do Componente Estadual: 7 Luciene Alice da Silva, Secretária Executiva de Políticas de Saúde; Sarah Mendes D'Ângelo, Secretária 8 Executiva de Vigilância e Regulação em Saúde; Joélia Rodrigues da Silva, Coordenadora de 9 Desenvolvimento Institucional e Planejamento e Vera Maria Câmara Coêlho, Secretária Executiva da 10 CIB. Representantes do Componente Municipal: Sayonara Moura de Oliveira Cidade, Presidente do 11 COSEMS e Vice Presidente da CIB/CE e Secretária da Saúde de Baturité; Rilson Sousa de Andrade, 12 Vice Presidente do COSEMS e Secretário de Saúde de Pindoretama; Ana Estela Leite, Secretária da 13 Saúde de Fortaleza; Sheyla Martins Alves Francelino, Secretária da Saúde de Barbalha; Francisca 14 Airlene Dantas e Silva, Secretária da Saúde de Jaguaretama e Evaldo Eufrásio Vasconcelos, Secretário 15 da Saúde de Cruz. Participaram outros Secretários Municipais de Saúde e profissionais das Secretarias 16 Municipais de Saúde, Superintendentes e Coordenadores Regionais e técnicos das Coordenadorias e 17 Células da SESA e assessores e apoiadores do COSEMS/CE. 1. Abertura dos Trabalhos: Secretária 18 Executiva de Políticas de Saúde e Presidente do COSEMS. Luciene Alice deu início a reunião 19 cumprimentando a todos e desejou uma boa reunião, em seguida Sayonara deu boas vindas a todos os 20 presentes e informou que no próximo dia 08 será realizada uma Reunião Ampliada que contará com a 21 participação de representantes da SESA e da Promotoria da Saúde para discussão sobre a Assistência 22 Farmacêutica, Regulação e SAMU. Vera Coêlho cumprimentou a todos os participantes e solicitou aos 23 membros da CIB a apreciação dos pontos Extra Pauta: Distribuição dos Testes Rápidos de Antígeno (TR 24 Antígeno) para Diagnóstico da COVID-19 aos municípios do Estado do Ceará, e a Alteração dos leitos 25 de UTI habilitados pela Portaria GM/MS Nº 220/2022, de conformidade com a Nota Informativa Nº 26 78/2022 - CGAHD/DAHU/SAES/MS, que foram acordados por todos. 2. Apresentação. Item 2.1. 27 Cenário atual de coberturas vacinais, Ana Rita Cardoso, Orientadora da Célula de Imunização/ 28 SERVIR iniciou destacando que o Ceará sempre foi um Estado de destaque nas coberturas vacinais, mas 29 de fato essa realidade vem mudando, e de uns anos para cá as coberturas vem sofrendo uma queda. Essa 30 queda foi constatada em 2019 e acentuada nos anos de 2020 e 2021, e não é motivada por um único 31 fator, e sim por múltiplos fatores. Em seguida apresentou o Calendário Nacional de Vacinação que 32 tem como Público alvo as Crianças, Adolescentes, Adultos, Idosos, Indígenas, Profissionais de Saúde e 33 Gestantes. As Estratégias de Vacinação: Rotina, Campanha de seguimento, Intensificação, Vacinação 34 extramuro, Campanha de multivacinação, MRC, Vacinação casa a casa, Bloqueio vacinal e Vacinas 35 especiais - CRIE. Em relação aos Motivos das Baixas Coberturas Vacinais, apontou: Baixa Adesão da 36 População expressa pelo: Esquecimento de agendamento; Falta de interesse; Falta de informação; Falsa 37 sensação de segurança; Medo de Eventos adversos graves; Pandemia Covid-19; Fake news; e 38 Antivacinas. Na Esfera Municipal: Comunicação tímida das Campanhas de Vacinação; Funcionamento 39 das Unidades de Saúde apenas em horário restrito; Ausência de registro de nascidos vivos 40 (SNASC/CE); Ausência e/ou erros de registros nos sistemas; Rotatividade de Profissionais nas ADS, 41 municípios e unidades de saúde; Ausência de recursos humanos exclusivos para as atividades de 42 imunização; Ausência de estratégias para o resgate de não vacinados (busca ativa; vacinação 43 extramuro); e Déficit na comunicação entre Imunização e Atenção Primária. Na Esfera Nacional: 44 Doses represadas na base nacional; Mudança de Sistema de Informação; Ausência de capacitação 45 referente ao novo sistema para registro de doses aplicadas (e-SUS); Atraso na migração das informações 46 para a visualização dos relatórios de CV no SIPNI; Estimativa populacional desatualizada (Datasus): 47 população subestimada ou superestimada; Redução de divulgação em mídias sociais (vacinação de 48 rotina e campanhas); e Ausência do envio de materiais gráficos impressos (cartazes; panfletos; manuais). Recomendações aos municípios para Atingir Meta de Vacinação: Oportunizar a volta às 49 50 aulas para atualizar a situação vacinal dos adolescentes; Realizar divulgação da vacinação nas mídias e 51 redes sociais; Planejar estratégias para resgate de faltosos e esquemas incompletos de vacinação; 52 Articular com a equipe da Atenção Primária a Saúde/Equipe das Estratégias de Saúde da Família (ESF), 53 Programa Saúde da Escola (PSE) e Agentes Comunitários de Saúde – ACS, para planejar estratégias de 54 alcance das metas tanto em crianças quanto em adolescentes; Buscar parcerias com órgãos e instituições 55 municipais para a elaboração de estratégias de alcance das CV; Oportunizar as Campanhas de Vacinação 56 para a atualização da situação vacinal das crianças e adolescentes; Ampliação dos horários de 57 funcionamento das Unidades de Saúde; Realizar Monitoramento Rápido de Cobertura Vacinal – MRC, a 58 fim de realizar busca ativa de faltosos; Capacitação dos profissionais de saúde da sala de vacina com o 59 objetivo de evitar perdas de oportunidades de vacinação por falta de conhecimento; e melhorar registros; 60 e Informar oportunamente dados das doses aplicadas no Sistema utilizado: deverá ocorrer em até 24 horas da data de aplicação, pelo estabelecimento de saúde com sistema de informação on-line e, em até 61 62 48 horas para os demais estabelecimentos. Finalizou citandos os problemas relacionados ao Cálculo de

cobertura vacinal pelo centralizador estadual: Devido a problemas na recepção dos dados do centralizador, no qual está ocasionando divergências nos dados torna-se impossível, nesse momento, fazer análises com estes dados; e A COTIC abriu um chamado junto ao Ministério da Saúde e a equipe está trabalhando para resolver o problema o mais breve possível. Vera Coelho informou que esse assunto foi discutido na Câmara Técnica de Vigilância em Saúde e que os gestores, técnicos municipais e também da SESA fizeram algumas sugestões, principalmente no que se refere às ações que serão desenvolvidas para enfrentamento dos problemas que foram identificados como motivadores dessa baixa cobertura vacinal. Ficou acordado que após essa reunião da CIB, a SEVIR deverá fazer uma Nota Técnica com essas informações para os gestores e profissionais que atuam nos municípios, nas ADS e Superintendências Regionais. Nesse momento queremos que vocês façam comentários que considerem relevantes para serem incorporados nesta Nota Técnica. Evaldo ressaltou que já foram discutidas na Câmara Técnica as possíveis soluções, de fato foi discutido o PNI e a questão do sistema que é uma dificuldade, mas queremos que seja abordado o problema da falta de vacina, fica difícil no caso da BCG que recebemos 2 frascos por mês e está escrito multidose e se abre um as vezes não gasta quase nada, mas precisa abrir assim mesmo, para evitar esse problema as crianças deveriam ser vacinadas dentro da maternidade, deixaríamos uma semana para abrir o frasco e tentar coletar todas aquelas crianças que nasceram na semana. Foi reconhecido pelo próprio MS que realmente falta vacina. Em relação aos municípios, precisamos fazer a nossa parte, ter vacinadores em quantidades suficientes, ter um vacinador por equipe ou mais que tenham a disposição de fazer essa administração, uma pessoa com compromisso para fazer uma busca dentro do prontuário do cidadão, no cadastro do ACS, e no cartão SUS para vê se não está duplicado. É preciso ter a certeza de vacinar, de registrar corretamente, de fazer auditoria constante no sistema, e de conhecer a nossa população vacinada. Airlene relatou que esteve analisando um gráfico que foi apresentado sobre a avaliação das coberturas vacinais de 2021 e os dados só vai até novembro, então gostaria de saber por que a avaliação de 2021 só vai ate novembro de 2021. Ana Rita explicou que os dados de 2021 só estão atualizados até novembro por causa do represamento de dados, e não trabalhou com os dados até dezembro porque originaria uma queda maior. Josete colocou que gostaria de reforçar alguns pontos: Precisamos reconhecer o momento de muita fragilidade, multifatorial e principalmente as investidas contrárias à vacinação, que tem gerado muito prejuízo a nossa população. Estamos há 1 ano e meio nessa luta desenfreada de vacinação contra a COVID, levar em conta algumas coisas por exemplo: Estamos com um movimento duplo de iniciar novas etapas, como as crianças de 03ª 05 anos, também está chegando na 3ª semana do anúncio das atividades e ainda não foi dispensada vacina/doses para esse público, temos que nos virar com o que temos, mas tem uma 2ª dose com 28 dias, então a margem de ampliação das estratégias de comunicação e divulgação são limitadas. Paralelamente tem um decréscimo das doses subsequente e isso tem dado uma dificuldade para nós, porque na outra ponta, o prazo exíguo de muitos lotes de vacina que recebemos começaram a vencer, precisamos então otimizar isso. Com isso não vejo razão com doses estocadas a véspera de vencer, ainda está chamando para 4ª dose de reforço para pessoas de 50 anos, o que Fortaleza fez, nós também do Eusébio iniciamos e estamos chamando para vacinar de 18 anos acima para 2ª dose e reforço e isso tem permitido uma boa adesão que nos dá uma projeção para o nível de vacinas que temos para expirar até o início de agosto, utilizarmos. Outro ponto que precisa urgentemente ser acompanhado é a fragilidade dos sistemas de informações. 1º Precisa ser um ponto permanente de discussão na CIB é uma pauta que o CESAU e a CIB precisa pautar todo mês; 2º Precisamos alargar o nível de envolvimento com as Superintendências Regionais para instituir uma força tarefa mais aprimorada de acompanhamento para impasse dessa situação. **Rilson** propõe o retorno do grupo de Whatsapp entre os 5 vices presidentes regionais, diretoria executiva e técnicos da SESA, coordenado pela secretária Sayonara como estratégia de reduzir o distanciamento com os técnicos da SERVIR. Erlemus Soares, Coordenador da Atenção Primária da SMS de Fortaleza gostaria de saber da Ana Rita a questão da Campanha de Multivacinação que irá acontecer no mês de agosto e se o Estado vai divulgar para os municípios poderem programar esta grande Campanha. Informou que Fortaleza se encontra no processo de capacitação dos profissionais, fazendo uma formação de 20h com todas as enfermeiras e técnicos de enfermagem do município, para tentar fortalecer essa área de vacina nas 116 unidades. Ana Rita disse que na próxima semana será divulgado o informe sobre a Campanha Multi que ira acontecer em agosto e também sobre a vacina da COVID. Teca ressaltou que precisamos caminhar nesse sentido, vacinar e não voltar e ter muitas ações em torno disso. A importância da vigilância, não somente no aspecto da imunização, mas desse todo da vigilância, uma vejo que estamos com esses riscos eminentes todo o tempo. Que os sistemas de vigilância estejam bem sensíveis a essa situação que está chegando. Ana Estela disse que vamos ter um diferencial nessa multivacinação com relação as crianças, foi liberado o intervalo que era necessário entre a vacina COVID e as outras vacinas no calendário nacional. Então poderemos aplicar todas as vacinas que estiverem em atraso no mesmo dia, e podemos assim fazer uma grande ação. Foi dispensado o intervalo já a partir dos 3 anos. Sheila gostaria que fossem confirmadas as datas de agosto e o Dia D de vacinação. Ana Rita informou que o início da Campanha será no dia 09/08 e o Dia D no dia 20/08. Vera colocou que nessa apresentação, chamou muita atenção em função

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125 das discussões ocorridas na CIB em relação às normas sobre a vacinação da COVID 19, teve uma 126 grande defesa para incluir como grupo prioritário os trabalhadores da educação e fui surpreendida com o 127 percentual de evasão dos trabalhadores da educação. Fiquei preocupada e queria saber as razões porque 128 esses trabalhadores que lutaram tanto junto ao Ministério Público apresenta agora um percentual de 129 evasão tão alto. Ana Estela disse que o motivo é a falta de interesse pela vacina COVID, então é 130 preciso contra-argumentar e mostrar a quantidade de diminuição de internamento e de óbitos. Em 131 Fortaleza na 1ª Onda chegamos a ter 100 óbitos por dia e hoje com a transmissibilidade muito maior, já 132 estamos há 2 meses ser nenhum óbito. A quantidade de demanda por internação dia na 1ª, 2ª e da 2ª para 133 a 3ª Onda, tivemos três vezes mais casos e a demanda de internação não chegou a ser nem um terço. 3. 134 Discussões e Pactuações. Item 3.1. Alteração da composição da Comissão Intergestores Regional 2ª 135 Região – CIR Cariri. Fátima Vasques, Secretária Executiva da CIR do Cariri apresentou as alterações 136 na composição da CIR decorrentes das mudanças da Vice- Presidente da CIR que por indicação do 137 COSEMS/CE assume a Valeria Franco de Sousa, Secretária de Saúde de Piquet Carneiro em 138 substituição a Glauciane Torres Neves Quental, Secretária de Saúde do Brejo Santo e da gestora do 139 município de Saboeiro assume Fátima Aline Aristides Martins em substituição a Gabriella Romeyk 140 Braga de Castro. Essas alterações foram acatadas pela CIB e formalizadas através da Resolução nº 141 120/2022 que altera a Resolução nº 66, datada de 29 de abril de 2022, que trata da composição da 142 Comissão Intergestores Regional 2ª Região – CIR Cariri, composta pelos representantes da Secretaria 143 Estadual da Saúde (SESA) e dos gestores de saúde dos 45 municípios que compõem a Região de Saúde. 144 Item 3.2. Alteração da composição das Câmaras Técnicas da CIB na representação Estadual e 145 Municipais. Vera colocou que as alterações na composição das Câmaras Técnica foram solicitadas pela 146 direção da SESA e pela diretoria do COSEMS/CE. Esclareceu que é uma exigência administrativa de 147 que a composição dessas Câmaras Técnica possam se manter atualizadas com resolução de CIB. 148 Ressaltou que a Secretária de Fortaleza também solicitou alteração na sua representação, pois a mesma 149 tem a prerrogativa de indicar seus representantes, a diretoria do COSEMS indica os representantes dos 150 demais municípios e a diretoria da SESA os seus representantes. Alterações na Câmara Técnica de 151 Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria: Representação Estadual: Exclusão de Maria Vilani de 152 Matos Sena (Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica e Prevenção em Saúde) e Inclusão de 153 Ricristhi Gonçalves de Aguiar Gomes (Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica e Prevenção em 154 Saúde); Representação Municipal: Exclusão de Alessandra Pimentel de Sousa (Coordenadoria da 155 CORAC SMS Fortaleza) e Inclusão de Helena Paula Guerra dos Santos (Coordenadoria da CORAC 156 SMS Fortaleza). Câmara Técnica de Gestão, Planejamento e Financiamento: Representação 157 Estadual: Exclusão de Maria Vilani de Matos Sena (Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica e 158 Prevenção em Saúde) e a Inclusão de Ricristhi Gonçalves de Aguiar Gomes (Coordenadoria de 159 Vigilância Epidemiológica e Prevenção em Saúde). Representação Municipal: Exclusão de Alessandra 160 Pimentel de Sousa (Coordenadoria da CORAC SMS Fortaleza), e Inclusão de Helena Paula Guerra dos 161 Santos (Coordenadoria da CORAC SMS Fortaleza). Câmara Técnica de Vigilância á Saúde: 162 Representação Estadual: Exclusão de Davi Queiroz de Carvalho Rocha (Coordenadoria de Políticas de 163 Saúde Mental, Álcool e Outra Dorgas) e de Maria Vilani de Matos Sena (Coordenadoria de Vigilância 164 Epidemiológica e Prevenção em Saúde) e a Inclusão de Ricristhi Gonçalves de Aguiar Gomes 165 (Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica e Prevenção em Saúde) e da Sarah Mendes D'Angelo 166 (Secretária Executiva de Vigilância e Regulação em Saúde). Câmara Técnica da Atenção Básica: 167 Exclusão de Maria Vilani de Matos Sena (Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica e Prevenção em 168 Saúde), Ana Patrícia de Sousa Ximenes (SMS Varjota) e Ivna Zaira Figueiredo da Silva (SMS Quixada), 169 e a Inclusão de Ricristhi Gonçalves de Aguiar Gomes (Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica e 170 Prevenção em Saúde) e da Maria Zuleide Amorim Muniz (SMS Guaiúba). Câmara Técnica de 171 Educação Permanente: Exclusão de Maria Vilani de Matos Sena (Coordenadoria de Vigilância 172 Epidemiológica e Prevenção em Saúde) e Rianna Nárgilla Silva Nobre (SMS Banabuiú), e a Inclusão de 173 Ricristhi Gonçalves de Aguiar Gomes (Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica e Prevenção em 174 Saúde) e de Sílvia Maria Negreiros Bomfim Silva (Coordenadoria de Políticas de Educação Permanente 175 e Pesquisa em Saúde). Câmara Técnica da Assistência Farmacêutica: Representação Estadual: 176 Exclusão de Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira (Coordenadora Jurídica da SESA), e a Inclusão de 177 Sarah Mendes D'Ângelo (Secretária Executiva de Vigilância e Regulação em Saúde). A CIB/CE 178 aprovou a nova composição das Câmaras Técnicas da Comissão Intergestores Bipartite do Ceará 179 (CIB/CE) com as alterações acima solicitadas através da Resolução nº121/2022. Item 3.3. 180 Homologação da Resolução da CIR Fortaleza. Item 3.3.1. Homologar a Resolução Nº 18/2022 da 181 CIR Fortaleza, que trata da habilitação do Centro de Parto Normal intra-hospitalar tipo II com 3 182 quartos PPP do Hospital e Maternidade José Pinto do Carmo, junto à Rede Cegonha, localizado 183 no município de Baturité. Iracema Bezerra, Secretária Executiva da CIR Fortaleza informou que essa 184 solicitação foi discutida e aprovada na reunião da CIR do dia 15/06, com base no parecer favorável da 185 Célula de Regulação Avaliação e Monitoramento da Superintendência de Fortaleza, emitido após visita 186 a esse Hospital, e o impacto financeiro anual é de R\$ 720 mil a ser financiado com recursos federais a

187 serem repassados ao Fundo Municipal de Saúde de Baturité. A CIB/CE homologou a Resolução Nº 188 18/2022 da CIR Fortaleza, que trata da habilitação de 3 (três) quartos PPP do Hospital e Maternidade 189 José Pinto do Carmo, junto à Rede Cegonha, localizado no município de Baturité. Item 3.4. Projetos 190 Técnicos para aquisição de 2 (duas) Ambulâncias Tipo A - Simples Remoção Tipo pick-up 4X4 191 para o município de Itapipoca e 1 (uma) para Amontada. Com base no parecer favorável da Célula 192 de Atenção a Rede de Urgência e Emergência e o de acordo da SEADE a CIB/CE aprovou o Projeto de 193 Aquisição de 02 (duas) Ambulâncias Tipo A - Simples Remoção Tipo Picape 4X4 para o município de 194 Itapipoca/CE no valor de R\$614.140,00 a ser creditado no Fundo Municipal de Saúde de Itapipoca, e do 195 Projeto de Aquisição de 01 (uma) Ambulância Tipo A - Simples Remoção Tipo Picape 4X4 para o 196 município de Amontada/CE, no valor de R\$ 307.070,00 a ser creditado no Fundo Municipal de Saúde 197 de Amontada. Item 3.5. Homologação da Resolução da CIR Cariri. Teresa Cristina Mota de Souza 198 Alves (Teca), Superintendente Regional do Cariri, colocou que a Rede de Atenção Psicossocial é uma 199 rede que precisa ser urgentemente vista, inclusive o seu financiamento, pelo Ministério da Saúde. Os 45 200 municípios da Região do Cariri tem se organizado no sentido de estruturar os pontos de atenção dessa 201 Rede, e o Estado através da Política de Incentivo Hospitalar está custeando alguns leitos de saúde 202 mental, mas a Rede é muito complexa e precisa muito que todos os atores se movimentem no sentido de 203 tornar o seu funcionamento viável. Item 3.5.1. Nº 16/2022, que trata da implantação de 01 (uma) 204 Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental Tipo II no município de 205 Caririaçu. A CIB/CE homologou a Resolução nº 16/2022 da CIR Cariri, que trata da implantação de 01 206 (uma) Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental Tipo II localizada na Rua 207 Luiz Bezerra, SN. Bairro Paraíso, Caririaçu/CE, CNES Nº 6366449, e contará com a seguinte 208 composição: 1 (um) Médico Especialista em Psiquiatria (total de 20 horas semanais), 2 (dois) 209 Psicólogos (60 horas semanais), 1 (um) Assistente Social (30 horas semanais). Item 3.5.2. Nº 19/2022 210 da CIR Cariri, que trata da implantação de Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada 211 em Saúde Mental Tipo II no município de Jardim. A CIB/CE homologou a Resolução nº 19/2022 da 212 CIR Cariri, que trata da implantação de 01 (uma) Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em 213 Saúde Mental Tipo II vinculada USF VI Wilson Roriz, localizada na Rua Walter Roriz, S/N. Jardim/CE, 214 CNES Nº 2611082, e contará com a seguinte composição: 1 (um) Médico Especialista em Psiquiatria 215 (total de 20 horas semanais), 2 (dois) Psicólogos (60 horas semanais), 1 (um) Assistente Social (30 216 horas semanais). Item 3.6. Formalização das Resoluções da CIB aprovadas por Ad Referendum. 217 Item 3.6.1. Nº 118/2022, que aprova os Limites Financeiros da Assistência de Média e Alta 218 Complexidade dos municípios do Estado do Ceará, para vigência correspondente a 8ª parcela de 219 2022. Vera esclareceu que a emissão dessa Resolução se fez necessário pelo fato de quando da Revisão 220 do Limite MAC 7ª Parcela/2022 foi deduzido indevidamente dos recursos sob gestão estadual os 221 recursos referentes ao aumento do valor das diárias de UTIs das unidades sob a gestão do Estado 222 (Hospitais Regionais, Waldemar de Alcântara e Leonardo Da Vinci) e incluído os recursos no Limite 223 MAC de Fortaleza. Esse equívoco foi comunicado a SESA pelo DERAC/MS, mas não foi possível fazer 224 essa correção para a vigência da 7ª parcela, então a Equipe da SESA foi orientada a fazer esse ajuste nas 225 8ª e 9ª parcelas, de modo que na Revisão da 8ª Parcela fosse descontando o valor repassado a mais para 226 Fortaleza na 7^a e na 9^a Parcela seria reposto o valor retirado na 8^a Parcela, de modo que na 9^a Parcela os 227 valores seriam regularizados. Ana Estela destacou a importância de que no texto dessa Resolução 228 deveria fazer referência à devolução, pois lá só retira o recurso no valor de 12 milhões, mas não fala da 229 devolução dos 6 milhões na 9ª Parcela. Vera esclareceu que essa Resolução se refere somente ao Limite 230 da 8ª Parcela, na Revisão da 9ª Parcela serão alocados no Limite MAC de Fortaleza os 6 milhões. Essa 231 foi a orientação do DERAC/MS. Ana Estela disse que não entendeu porque retirar mais para devolver 232 depois, se você está retirando 12 milhões para devolver depois 6 milhões, porque não houve a retirada 233 apenas de 6 milhões. Vera colocou que esse procedimento foi adotado porque foram incluídos 6 234 milhões a mais no Limite MAC de Fortaleza na 7ª Parcela, com base na orientação do DERAC/MS 235 serão deduzidos 12 milhões na 8ª Parcela, e na 9ª Parcela serão alocados 6 milhões. Após as explicações 236 a CIB/CE aprovou a Resolução da CIB Nº 118/2022 aprovada por Ad Referendum que aprova os 237 Limites Financeiros da Assistência de Média e Alta Complexidade dos municípios do Estado do Ceará, 238 para vigência correspondente a 8ª parcela de 2022. Îtem 3.6.2. Nº 119/2022, que homologa a 239 Resolução Nº 19/2022 da CIR Fortaleza, que trata da aquisição de equipamentos para o SOPAI 240 Hospital Infantil, localizado no município de Fortaleza, através de Emendas Parlamentares com 241 recursos financeiros do FNS. A plenária da CIB/CE homologou a Resolução Nº 19/2022 da Comissão 242 Intergestores Regional 1ª Região – CIR Fortaleza, que trata da aquisição de equipamentos para o SOPAI 243 Hospital Infantil - Sociedade de Assistência e Proteção a Infância de Fortaleza, Entidades sem fins 244 lucrativos, localizado no município de Fortaleza, através de Emendas Parlamentares no valor total de R\$ 245 4.308.450,00 (quatro milhões, trezentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais), com recursos 246 financeiros do FNS, para implantação e ampliação da oferta de serviços especializados. EXTRA 247 PAUTA. Item 3.7. Distribuição dos Testes Rápidos de Antígeno (TR Antígeno) para Diagnóstico da 248 **COVID-19 aos municípios do Estado do Ceará.** Juliana Alencar, Técnica da CEVEP esclareceu que a

249 Proposta de distribuição dos testes foi elaborada considerando o critério populacional, esse critério foi 250 pactuado entre CONASS, CONASEMS e Ministério da Saúde, na reunião do dia 10 de janeiro de 2022. 251 E que além do critério adotado pelo MS (1.41-Relação TR Ag/100habitantes), o total foi multiplicado 252 por 3, para que os municípios recebessem um quantitativo de testes maior. Essa Proposta não estabelece 253 uma quantidade fixa por município, o município deverá solicitar os testes para as Superintendência 254 Regionais, que irá avaliar e enviar as quantidades. Em seguida apresentou o Quantitativo de Testes 255 Rápidos de Antígenos para COVID-19 por Superintendência Regional de Saúde, Ceará. SRS 256 FORTALEZA= 205.262 testes e 10.287caixas; SRS CARIRI = 63.586 testes e 3.204 caixas; SRS 257 NORTE=70.965 testes e 3.579 caixas; SRS SERTÃO CENTRAL = 27.717 testes e 1.392 caixas; e SRS 258 LITORAL LESTE/JAGUARIBE = 23.347 testes e 1.178caixas. Totalizando 390.877 testes e 19.640 259 caixas. Após a apresentação a CIB/CE aprovou a Proposta de Distribuição dos Testes Rápidos de 260 Antígeno (TR Antígeno) para Diagnóstico da COVID-19 aos municípios do Estado do Ceará, através da Resolução nº /2022. Item 3.8. Alteração dos leitos de UTI habilitados pela Portaria GM/MS Nº 261 220/2022, de conformidade com a Nota Informativa Nº 78/2022 - CGAHD/DAHU/SAES/MS. 262 263 **Ícaro Borges**, Superintendente Regional de Fortaleza informou que havia solicitamos o remanejamento 264 dos leitos de UTI do Hospital Regional de Itapipoca que foi pactuado na CIB na reunião passada e 265 emitida resolução, mas o MS está solicitando ao Estado uma resolução única da CIB sobre o 266 remanejamento dos leitos de UTI que estavam habilitados com pendências pela Portaria GM/MS nº 267 220/2022. Esclareceu que a solicitação hoje é remanejar os leitos de UTI previstos para o Hospital 268 Abelardo Gadelha de Caucaia para o Hospital Leonardo Da Vinci, pois a proposta de Caucaia está no 269 SAIPS com diligência, e a Equipe da SRFOR fez uma visita técnica ao Hospital junto com a Vigilância 270 Sanitária do Estado e não obteve parecer favorável pois se encontra com pendências que não consegue 271 resolver a tempo de se habilitar, visto que irão construir uma UTI nova. E para habilitar os 29 leitos de 272 UTI do Hospital Leonardo Da Vinci é necessário remanejar além dos 10 leitos do Hospital Regional de 273 Itapipoca já autorizado pela CIB, os 10 leitos de UTI do Hospital de Caucaia, para que o Estado não 274 perca a habilitação desses leitos. Informou ainda que foi feita uma visita ao Hospital Santa Isabel de 275 Aracoiaba que a habilitação dos leitos de UTI se encontra em análise pelo MS, o Hospital de Maracanaú 276 foi feito visita técnica da Vigilância Sanitária do Estado e eles deram parecer favorável para habilitação 277 e foi enviado para o MS via SAIPS. As pendências no SAIPS são apenas das propostas do Hospital 278 Regional de Itapipoca que já foi rejeitada e da UTI do Hospital Abelardo Gadelha de Caucaia que não 279 tem condições de habilitar a tempo. Rilson indagou se houve contado da Equipe da SESA com o gestor 280 municipal de Caucaia. Icaro reafirmou que a unidade de Caucaia não tem condições de manter sua 281 habilitação, visto que hoje ele é um Hospital de Campanha. E que futuramente o gestor de Caucaia 282 poderá solicitar habilitação, mas seguindo o processo normal do MS. Antes de trazer para a CIB 283 conversamos com a gestão municipal e explicamos ao secretário de saúde do município e expôs que 284 seria um risco para o Estado perder esses 10 leitos, visto que construirão uma nova e não daria tempo 285 habilitar. Após as explicações a CIB/CE aprovou os remanejamentos dos leitos de UTI habilitados pela 286 Portaria GM/MS Nº 220/2022, de conformidade com a Nota Informativa Nº 78/2022 da 287 CGAHD/DAHU/SAES/MS, através da Resolução nº 127/2022. Informes. Item 4.1. Ofício Nº 64/2022 288 SMS Jaguaribe. Saldo remanescente referente a proposta do FNS para aquisição de equipamentos 289 e materiais permanente, de conformidade com a Portaria de Consolidação Nº 06, de 28/09/2017, 290 Capítulo I - Da Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Art. 659, § 3º e 8º. Vera 291 colocou que a Secretária de Saúde de Jaguaribe comunicou à CIB/CE que o município recebeu uma 292 Proposta no valor de R\$ 550 mil e utilizou R\$ 407 mil, restou um saldo de R\$ 142mil. Com base na 293 Portaria de Consolidação GM/MS nº06/2017 decidiu utilizar esse saldo mais o rendimento do mercado 294 financeiro no valor total de R\$ 142.303,00 para aquisição de novos equipamentos. A prerrogativa do 295 gestor não implica numa aprovação de CIB é só um comunicado para CIB dessa decisão do gestor 296 municipal. Essa prerrogativa, só será possível se o crédito estiver dentro do período de 24 meses. **Item** 297 4.2. Ofícios da Secretaria Municipal de Saúde enviados à Secretaria Executiva da CIB/CE, para 298 conhecimento, das solicitações de credenciamento para serviços e equipes de saúde, de 299 conformidade com a Portaria GM/MS Nº 1.710, de 8 de Julho de 2019: 01 eSB em Carnaubal; 01 300 eSF, 04 ACS e 01 eSB, modalidade I em Aiuaba. Ao final dos Informes Sheyla se manifestou 301 lembrando a Luciene sobre a convocação da Câmara Técnica de Gestão, Planejamento e Financiamento 302 para tratar das OPM da Cardiologia. **Luciene** disse que não tinha esquecido, o problema é que a maioria 303 das pessoas, que a participação seria importante nessa reunião, se encontrava de férias ou com COVID, 304 essa foi a dificuldade da não convocação dessa Câmara Técnica. Sheiyla disse que compreende, mas 305 precisavam discutir, pois estão preocupados, e o QualiSUS Cardio não chega a substituir o recurso que 306 se perdeu. Teca informou que o assunto que a Sheyla está solicitando foi Pauta da reunião da CIR no dia 307 10/06/22, solicitada pela Secretária e os prestadores de Barbalha, o que foi dito é que tem outros 308 prestadores que também precisam discutir esse assunto, por isso que não foi proposto por nos uma 309 Câmara Técnica, os prestadores colocam que com os novos valores estabelecidos para as OPM da 310 Cardiologia os fornecedores não colocam mais esses materiais nos hospitais. E no Cariri tem um único hospital para atendimento de 1 milhão e meio de habitantes que é o Hospital do Coração de Barbalha, então é preciso exaurir a leitura e o debate sobre essa portaria, inclusive essa é mais uma portaria que não foi pactuada na CIT. Vera ressaltou que esse assunto precisa ser discutido com a participação de representantes de Fortaleza, Barbalha e Sobral até porque o MS fez a dedução desse valor nos Limites MAC dos municípios e como a Sheyla colocou a opção que o MS está dando, não compensa para os prestadores manter a oferta desses procedimentos. È um assunto que já foi discutido pela Tripartite, embora que o CONASS tenha feito Nota Técnica contra essa decisão. Ana Estela colocou que o Hospital de Messejana foi afetado com a dedução de um valor bastante significativo, como também, os hospitais do Coração de Sobral e do Coração do Cariri, vamos fazer essa reunião. Alessandra colocou que Fortaleza tem interesse de participar, pois tivemos uma perda de 10 milhões no MAC anual com essa Portaria e isso não tem volta, eles prorrogaram o que puderam, mas não tem mais retorno. O QualiSUS Cardio ele traz vantagens apenas para cirurgias, para OPM não, e o Ministro diz que conhece a área da OPM e que os prestadores têm somente condições de continuar adquirindo com essa redução que foi feita. Aqui nós não temos somente o Hospital de Messejana, impactará também no contrato do Hospital do Prontocardio que é um hospital de retaguarda de Messejana que faz em torno de 700 procedimentos por mês de cardio. Precisamos buscar alternativas porque em nível de MS não tem jeito. Teca disse que a cardiologia é uma linha prioritária é preciso que estes 3 municípios e os prestadores esclareçam a população sobre essa situação, aqui já temos uma fila na Justiça Federal, e apesar dos editais da SESA e das emendas que a Secretaria de Barbalha recebeu. Monica complementou dizendo que a preocupação maior é com o usuário, estamos colocando pacientes que precisam usar OPM na fila da Região de Fortaleza e sei que a mesma não suportará e também não vai resolver porque está com o mesmo problema da Região Norte, e da Região do Cariri. É um assunto que está há 3 meses em pauta e o usuário morrendo na fila aguardando para colocar uma marca-passo ou outra prótese e nos não resolvemos. Gostaria de pedir prioridade para convocação da Câmara Técnica, para o Estado do Ceará resolver como fará isso. Sheyla colocou que em Barbalha o prestador recebeu um e-mail do fornecedor avisando que iriam recolher as OPM, pois as próteses daqui são em Comodato. Josete informou que o Ceará tem uma ação na Justiça Federal no qual o MS é parte. Então seria bom a SESA, COSEMS e Município de Fortaleza solicitarem um ponto de pauta na Justiça Federal para tratar dessa questão e solicitar um posicionamento do MS no âmbito dessa ação. Vera agradeceu a participação de todos, nada mais havendo a tratar a plenária da Comissão Intergestores Bipartite deu por encerrada a 9ª Reunião Ordinária de 2022 do referido Colegiado, cuja Ata foi lavrada por mim, Vera Coêlho. Fortaleza, vinte e dois do mês de julho ano de dois mil e vinte e dois.

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342